



ADVERTÊNCIA

A MUNICIPALIDADE DE CAPÃO BONITO ADVERTE A TODOS OS LICITANTES, QUE NÃO HESITARÁ EM PENALIZAR EMPRESAS QUE DESCUMPRIREM O PACTUADO.

Obs: Favor retornar este documento em mãos ou via e-mail (sem falta) através e-mail editalcapaobonito@gmail.com

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

Recebi nesta data, o EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 - PROCESSO Nº 3004/2021 – RERRATIFICADO II: *Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana e podas de árvores em vias públicas, para a Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras, deste Município*, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, do presente instrumento convocatório, cuja abertura se dará em **08 de Outubro de 2021, às 09h00min.**

Capão Bonito, _____ de _____ de 2021.

NOME: _____

RG: _____

ASS: _____

CARIMBO DA EMPRESA:



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

1. PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO torna público, para conhecimento dos interessados que, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Rua Nove de Julho, nº 690, Centro, será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, o qual será processado de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 039, de 12 de julho de 2005, Decreto Municipal nº 047, de 19 de junho de 2015 e no que couber a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, além das Cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos.

1.2 Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os **envelopes nº 01 - "PROPOSTA" e nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"** serão recebidos pelo Setor de Licitações, localizado na Prefeitura do Município de CAPÃO BONITO às **09h00min do dia 08 de Outubro de 2021**. A sessão pública dirigida por Pregoeiro se dará no mesmo dia e local, **às 09h00min**, nos termos das legislações supracitadas, deste edital e seus anexos.

1.3 Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:

- I. TERMO DE REFERÊNCIA E MÉDIA DE MERCADO;
- II. FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;
- III. MODELO DE DECLARAÇÃO – CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO;
- IV. MINUTA DO CONTRATO;
- V. MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO;
- VI. MODELO DE DECLARAÇÃO – cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- VII. DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- VIII. FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS (CREDENCIAMENTO).

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana e podas de árvores em vias públicas, para a Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras**, deste Município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, do presente edital.

3. DO PREÇO

3.1 Estima-se o valor global desta licitação em **R\$ 1.040.556,00 (um milhão e quarenta mil e quinhentos e cinquenta e seis reais)**, com base nos parâmetros dispostos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

3.2 Os quantitativos e valores indicados no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA corresponde à média dos preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta. Atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas correrão por conta das seguintes dotações do orçamento da Prefeitura Municipal de Capão Bonito:

Funcional Programática: 15.452.0017.2033
Categoria Econômica: 3.3.90.39
Ficha: 513

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Somente poderão participar da presente licitação, empresas que atenderem às disposições deste edital.



5.1.1 A licitante **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** que desejar gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e nº 147/2014, deverá comprovar seu porte mediante a apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação legalmente exigida para os fins de reconhecimento da condição de ME ou EPP, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou de certidão expedida por tais órgãos em que conste a mencionada condição de ME ou EPP, devidamente atualizada. **O referido documento deverá estar FORA dos envelopes nº 01 e 02.**

5.1.2 Para efeitos de habilitação, **todos** os licitantes, **inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte**, deverão apresentar os documentos relacionados no item 8 deste edital.

5.1.3 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato (LC nº 147, art. 42);

5.1.4 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição** (LC nº 147, art. 43, caput);

5.1.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a **regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa** (LC nº 147, art. 43, § 1º);

5.1.6 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.1.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

5.1.7 Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado por um dos membros da Comissão Permanente de Licitações no ato de sua apresentação;

5.1.8 Somente poderão participar da presente licitação, os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e que tenham requerido em papel timbrado, carimbado e assinado pela empresa interessada, mediante protocolo, a Visita Técnica aos locais da execução dos serviços, no horário compreendido entre as 8h00min e 11h00min e entre as 13h00min e 17h00min, indicando seu responsável.

5.1.9 No protocolo de requerimento de **agendamento da Visita Técnica**, a licitante deverá juntar documento que comprove o vínculo entre o representante legal e a empresa interessada em participar desta licitação.

5.1.10 Após o agendamento da visita técnica, cuja data e horário serão acordados entre a empresa requerente e a Prefeitura, o representante legal da referida empresa deverá apresentar-se diretamente na **Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras, sito à Rua Rio Grande do Sul, nº 116 – Jardim Helena**, neste Município, o qual será acompanhado por servidor designado para esta finalidade.

5.1.11 **Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

5.1.12 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

5.1.13 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;



5.1.14 Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta no item 5.1.1;

5.1.15 O Pregoeiro diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos **sítes** dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico;

5.1.16 Caso se comprove a limitação de mercado ou o desinteresse das convidadas, fatos que serão consignados em ata pela Comissão, a licitação terá prosseguimento mesmo sem o comparecimento mínimo de 3 (três) concorrentes em condições de propor (art. 22, § 7º, da Lei Federal nº 8.666/93);

5.1.17 A concorrente poderá ser representada no procedimento licitatório por seu(s) representante(s) legal (is), ou por procurador munido de procuração, conforme consta do **ANEXO V – MODELO DE PROCURAÇÃO**, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes. A falta de representante munido de procuração não impede a participação no certame, porém a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante;

5.1.18 Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado, enunciando externamente os dados da licitação, conforme item 6.8;

5.1.19 A licitante fica obrigada a DECLARAR que não foi suspensa nem declarada inidônea para licitar em qualquer esfera da Administração Pública, bem como, que desconhece qualquer fato impeditivo de sua participação nesta licitação **FORA dos envelopes nº 01 e 02 (modelo Anexo III)**;

5.2 Será vedada a participação:

5.2.1 De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;

5.2.2 De quem estiver sob processo de concordata ou falência;

5.2.3 Sob a forma de consórcio.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

6.1 A empresa proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

6.2 O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

6.2.1 **Instrumento público de procuração** com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, com prazo de validade em vigor;

6.2.2 **Instrumento particular de procuração**, nos moldes do **ANEXO V**, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, **acompanhado de cópia de seu contrato social ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documentos de eleição de seus administradores**;

6.2.3 Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.

6.2.3.1 **A apresentação, na fase de credenciamento, do documento que se enquadre na exigência do Item 6.2.3 dispensa a apresentação do mesmo documento no envelope nº 02 (Habilitação).**



- 6.3 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.
- 6.4 A ausência do representante credenciado, em qualquer momento da Sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 6.5 Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada e serão retidos, pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à presente licitação.
- 6.6 Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.
- 6.7 Encerrada a etapa de credenciamento, será apresentada a **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e o **Formulário de Dados Cadastrais** de acordo com os modelos contidos nos **ANEXOS VII e VIII** ao presente Edital. **A referida Declaração e Formulário de Dados Cadastrais deverão estar FORA dos envelopes nº 01 e 02.**
- 6.8 Em seguida proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, em envelopes separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE 01
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
PROPOSTA DE PREÇO
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ)

ENVELOPE 02
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ)

7. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 7.1 Acompanha este ato convocatório, **FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA – ANEXO II**, que a licitante preencherá e inserirá **no envelope nº 01**.
- 7.2 Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:
- a) dados cadastrais;
 - b) assinatura do representante legal;
 - c) indicação obrigatória do preço unitário por item;
 - d) indicação do número do CNPJ, através do papel timbrado da empresa ou da aposição do respectivo carimbo;
 - e) indicação da qualificação do representante legal investido de poderes para firmar o termo de contrato referido no item 12.
- 7.3 Cada concorrente deverá computar, nos preços que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.
- 7.4 Os preços ofertados deverão ser equivalentes aos praticados no mercado, na data da apresentação da proposta.
- 7.5 **Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preço o indicado no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam, ou seja, manifestamente inexecutáveis (art. 40 X e 48 II e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93).**



7.6 Os preços ofertados permanecerão fixos e irrevogáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, que deverá ser comprovado pela Contratada e aprovado pela Contratante.

7.7 A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 039/2005 de 12 de Julho de 2005 e Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, bem como demais normas complementares.

7.8 O prazo de eficácia da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).

7.9 A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 Serão consideradas habilitadas as participantes que apresentarem documentos relativos a:

8.1.1 Habilitação Jurídica (art. 28 da Lei Federal 8.666/93):

a) Ato de criação da licitante conforme o caso:

a1) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

a2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e se apresentar no credenciamento não há necessidade do mesmo;

a3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada da prova de diretoria em exercício; e,

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1.1 A apresentação, na fase de credenciamento, de documento que se enquadre na exigência do Item 8.1.1 dispensa a apresentação do mesmo documento no envelope nº 02 (Habilitação), podendo este ser devolvido ao licitante caso seja apresentado também no envelope nº 02 (Habilitação);

8.1.2 Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato social;

c) **Certidões de regularidade fiscal das Fazendas Federal** (Receita Federal e da Procuradoria Geral da República em conjunto com as contribuições sociais), **Estadual e Municipal** da sua sede emitida pelos órgãos arrecadadores e;

d) **Certidão negativa** de débito relativo ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

e) Certidão de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

8.1.3 Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93):

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e dos responsáveis técnicos da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou Conselho Regional de Biologia (CRBIO), válida na data de abertura da licitação e com descrição que a empresa esta apta a executar – perante o órgão – dos objetos contratados no edital (ou atividades correlatas);

b) Comprovação através de atestado de capacidade técnica que demonstre experiência na execução dos serviços de:

- Varrição Manual;

- Roçada manual e mecanizada;

- Capinação e;



- Poda e destinação de resíduos de massa verde.

b.1) A comprovação do vínculo do profissional poderá ser efetuada mediante apresentação de cópia autenticada da carteira de trabalho; No caso da comprovação de vínculo contratual entre empresa e o profissional técnico, a título de prestação de serviços, deverá esta prova ser feita mediante a apresentação de cópia autenticada do instrumento de contrato, devidamente formalizado, com firma reconhecida das partes contratantes, em plena vigência na data de abertura da presente licitação; No caso do profissional técnico integrar o contrato social da empresa licitante, tal comprovação poderá ser feita através de cópia autenticada do respectivo documento. De qualquer forma a empresa licitante poderá comprovar o vínculo do profissional com as hipóteses da Súmula nº 25 do TCE/SP.

c) Licença expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para porte e uso de motosserra.

8.1.4 Qualificação Econômico-financeira (art. 31 da Lei 8.666/93):

a) **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo Distribuidor da sede do licitante, com data de emissão anterior à data da entrega das propostas de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias; caso não haja prazo hábil para a expedição da mesma, em virtude da exiguidade do prazo de abertura do pregão, poderá ser entregue o protocolo do requerimento da Certidão junto ao Cartório; no entanto, a adjudicação do objeto e homologação do processo, bem como a assinatura do contrato, só se efetuará, após a apresentação da Certidão, constituindo-se pré-requisito para tal, sob pena de desclassificação do licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital, observada a Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

b) As empresas deverão apresentar o **balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, apresentado na forma da lei;

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível. Ficam ressalvadas a ME/EPP.

d) Prova de Capital Social mínimo de 10% do valor estimado da contratação, ou seja, comprovação a ser feita na forma da Lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.1.5 **Declaração** da licitante de **que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, nos moldes do ANEXO VI.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

9.1.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no **original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial**, devendo os documentos, preferencialmente ser relacionados, separados e colacionados na ordem estabelecida neste Edital.

9.1.2 Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar de sua expedição.

9.1.3 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

9.1.4 A aceitação dos documentos obtidos via Internet, ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

9.1.5 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente com o nº do CNPJ e endereço respectivo.



9.1.6 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

9.1.7 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

10. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 O Pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente e as que seguem:

10.2 No dia, hora e local designado neste edital, as proponentes deverão comprovar ao Pregoeiro a representação para a prática dos atos do certame, nos termos da cláusula 6.1 deste edital.

10.3 Aberta a sessão pública do Pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas, serão recebidos pelo pregoeiro os envelopes PROPOSTA DE PREÇO e DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.

10.4 Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

10.5 Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da Equipe de Apoio, Pregoeiro e representantes das empresas. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes nº 1 (PROPOSTA DE PREÇO), e seus conteúdos analisados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no que tange a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

10.6 Serão desclassificadas as propostas, que não atenderem as exigências essenciais deste edital e seus anexos, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas na própria sessão pela proponente, por simples manifestação de vontade de seu representante.

10.7 As demais propostas serão classificadas, provisoriamente, em ordem crescente de preços.

10.8 Havendo empate nos preços ofertados nas propostas escritas, será realizado sorteio para fins da classificação e composição da lista classificatória.

10.9 Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes; preços ofertados e propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

10.10 O Pregoeiro abrirá oportunidade para o oferecimento de sucessivos lances verbais aos representantes das licitantes cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento), repetindo-se o procedimento para cada uma das propostas classificadas na forma do item 9.9.

10.11 Quando não forem verificadas no mínimo três propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentaram as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados.

10.12 O Pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, respeitadas as sucessivas classificações provisórias, até o momento em que não sejam ofertados novos lances de preços menores aos já existentes.

10.13 Não serão aceitos lances cujos valores forem maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado, bem como dois lances do mesmo valor, prevalecendo, nesse caso, aquele que foi ofertado primeiro.



- 10.14 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.
- 10.15 Declarada encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço unitário, consignando-a em ata.
- 10.16 Nesta oportunidade será verificada a compatibilidade do menor preço alcançado, com os parâmetros de preços definidos pela Administração.
- 10.17 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que ofertou o menor preço para que seja obtido preço melhor.
- 10.18 Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação para habilitação da empresa classificada em primeiro lugar.
- 10.19 Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.
- 10.20 Sendo considerado inabilitado a proponente, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro prosseguirá na abertura do envelope de documentação de habilitação da proponente classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma empresa classificada, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados.
- 10.21 Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada, será declarada vencedora do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso às licitantes, nos termos da cláusula 10 deste instrumento.
- 10.22 Na ausência de recursos, o objeto será adjudicado pelo pregoeiro e encaminhado o processo à Autoridade competente para homologação do certame.
- 10.23 No caso de interposição de recursos, após o julgamento, o objeto será adjudicado e o certame homologado pela Autoridade competente.
- 10.24 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas poderão ser devolvidos aos seus representantes na própria sessão, salvo se houver, no momento oportuno, manifestação de interesse de interpor recurso, hipótese em que ficarão retidos com o Pregoeiro, até ulterior deliberação. Os envelopes das licitantes classificadas não declaradas vencedoras do certame, permanecerão sob custódia do Pregoeiro até o efetivo cumprimento da obrigação pela proponente adjudicatária.
- 10.25 Da sessão pública deste Pregão, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registrados todos os atos praticados, a qual, após ciência dos interessados, deverá ser assinada pelo pregoeiro, demais membros da Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes.
- 10.26 No caso das **MICROEMPRESAS** e **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** proceder-se-á conforme descrito no item 5, subitem 5.1.5, dando seqüência à abertura dos envelopes mesmo que estas apresentem alguma falha, omissão ou irregularidade na documentação de regularidade fiscal.
- 10.27 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios, as informações dispostas no item 8 deste edital.
- 10.28 Se houver **empate**, será assegurado **o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte**, nos seguintes termos (LC n° 147, art. 44, caput):
- 10.29 Entende-se por empate aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (LC n° 147, art. 44, § 1º);



10.30 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela mais bem classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (LC nº 147, art. 45, inc. I);

10.31 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de **01 (um) dia útil**, após a notificação formal da classificação provisória.

10.32 A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível neste edital, conforme modelo constante no ANEXO II, inserida em envelope fechado, com a indicação dos seguintes dados:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO
ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
RAZÃO SOCIAL da Micro e Pequena Empresa

10.33 Se houver equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.29 serão realizadas sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar melhor oferta (LC nº 147, art. 45, inc. III);

10.34 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exerça seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 9.29, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (LC nº 147, art. 45, inc II);

10.35 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.36 Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (LC nº 147, art. 45, § 1º).

10.37 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Declarada a vencedora, as proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das razões e de igual prazo para as contrarrazões, contados a partir do término do prazo da(s) recorrente(s), independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

11.2 As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra junto ao Setor de Protocolo, no endereço indicado no preâmbulo do presente, nos dias úteis, das 9h00min às 16h00min, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

11.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante na sessão pública do pregão importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

11.4 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

11.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO



12.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo IV;

12.2 Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.3 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informação, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovarmos a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

12.4 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 12.3, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocados, pela ordem de classificação das propostas, as demais licitantes classificadas, com vistas à celebração da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções à empresa faltante.

12.5 A adjudicatária deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer para assinar o termo de contrato.

12.6 A Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionadas à quantidade e qualidade dos serviços contratados.

12.7 O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

12.8 **O contrato terá vigência de 12 (doze) meses**, a contar da assinatura, podendo ser prorrogável nos termos da legislação vigente.

12.9 A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.10 A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe forem exigidas na licitação.

12.11 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a **regularidade fiscal**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.12 Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, facultar-se-á à Administração:

a) A retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.8;

b) A revogação da licitação (LC nº 147. art. 43, § 2º).

13. DO PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 Os pagamentos devidos à Contratada serão **efetuados em até 30 (trinta) dias**, após a apresentação na Divisão de Contabilidade, da documentação fiscal completa, correspondente aos produtos fornecidos no mês anterior, acompanhado do Atestado de Aceite dos referidos produtos, emitido pela Secretaria Municipal requisitante ou por servidor por ela designado, sendo que a entrega da documentação incompleta, impede a liberação do pagamento.



13.2 Os pagamentos serão efetuados através do sistema de depósito em conta corrente, a ser indicada pela Contratada, descontados encargos sociais, conforme Legislação vigente.

13.3 Para a liberação do pagamento, a empresa licitante contratada deverá estar em situação regular perante o I.N.S.S. e o F.G.T.S., bem como não poderá estar inadimplente, com relação à tributos de qualquer natureza, com a Prefeitura Municipal de Capão Bonito, independente destes estarem ou não inscritos em Dívida Ativa.

13.4 A situação regular de pessoa jurídica perante o F.G.T.S. e o I.N.S.S. deverá ser comprovada mediante a apresentação da Folha de Pagamento e do Recolhimento das referidas guias, relativas às notas fiscais correspondentes ao mês imediatamente anterior, dos serviços realizados pela contratada.

13.5 A Prefeitura Municipal de Capão Bonito/SP, designará servidor (es) a Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços da Secretaria requisitante, para acompanhamento das entregas dos itens, o(s) qual(is) deverá(ão), obrigatoriamente, verificar se os mesmos são condizentes com as necessidades e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do presente edital.

13.6 Fica condicionado à solicitação efetuada pela Municipalidade, através da Secretaria Municipal requisitante, ou servidor previamente designado, o acompanhamento das entregas.

14. DAS SANCÕES

14.1 A inabilitação de licitante classificada, apesar da declaração apresentada por força do subitem 6.7 deste instrumento, implicará na aplicação de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

14.2 As licitantes sujeitar-se-ão, também, à imposição da mesma multa mencionada no item anterior se, por ato ou omissão de seu representante, provocar tumulto na sessão de prego ou retardar o procedimento licitatório, ou ainda, desistir do lance ofertado.

14.3 Pelo descumprimento do Contrato, a Contratada sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Prefeitura do Município de Capão Bonito, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação anexada aos autos pela Contratada da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento das condições ajustadas ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

14.4 À Contratada total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular do contrato, de que não resulte prejuízo para a Contratante;
- b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para a Contratante;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o município de Capão Bonito por prazo não superior a cinco anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou de inexecuções de que resulte prejuízo para a Contratante;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

14.5 É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

14.6 A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

14.7 Nos casos de inexecução parcial ou total do ajuste é cabível a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.



14.8 O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação do interessado.

14.9 O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

15. DAS INFORMAÇÕES

15.1 As informações administrativas relativas ao presente certame poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, por escrito, no endereço indicado no preâmbulo deste instrumento, das 9h00min às 16h00min, **até 48 horas da data marcada para a abertura do certame**. As respostas serão encaminhadas via e-mail todas as empresas que retiraram o Edital e farão parte integrante do processo administrativo.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Decairá do direito de **impugnar** os termos do Edital de licitação perante o Setor de Licitações a licitante que **não o fizer até o segundo dia útil da data fixada para o recebimento das propostas**, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93.

16.2 Caberá ao Pregoeiro e à equipe de Apoio decidir sobre a impugnação.

16.3 Quando o deferimento da impugnação, implicar alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.

16.4 A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste Pregão.

16.5 Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderá retirá-los, na Prefeitura Municipal de Capão Bonito, no horário de expediente, até o último dia útil que antecede a data de abertura da Licitação, mediante o pagamento da quantia de R\$10,00 (Dez reais), através de Guia de Arrecadação **ou gratuitamente pelo site www.capaobonito.sp.gov.br**

16.6 **Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital**, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

16.7 A Administração reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes da licitação, bem como a promoção de diligência destinada a esclarecer a instrução do processo (§ 3º do artigo 43 da Lei 8666/93).

16.8 **A Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras será o gestor do contrato durante toda sua execução e vigência.**

16.9 A Prefeitura do Município de Capão Bonito poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte a presente licitação.

Capão Bonito, 20 de Setembro de 2021.

Gilberto Tobias Domingues
Secretário Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E MÉDIA DE MERCADO

1. DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana e podas de árvores em vias públicas, para a Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras, deste Município**, conforme especificações abaixo:

| Item | Quant. | Unidade | Descrição | Vi. Unitário Máximo permitido |
|------|--------|---------|--|----------------------------------|
| 1 | 12 | Meses | Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana e podas de árvores em vias públicas. | R\$ 86.713,00 |

Valor total: **R\$ 1.040.556,00 (um milhão e quarenta mil e quinhentos e cinquenta e seis reais).**

1. DOS SERVIÇOS:

1.1 Contratação empresa especializada para execução de serviços de Limpeza Urbana e poda de árvores, consistentes em:

- a) Capina manual em vias públicas, em áreas pavimentadas com asfalto e inclusive araspagem de sarjetas e o transporte de resíduos até a destinação final;
- b) Capina manual em vias públicas, em vias sem pavimentação e inclusive a raspagem de sarjetas, limpeza em cima das guias, e o transporte de resíduos até a destinação final;
- c) Pintura de meio fio com cal, inclusive fixador;
- d) Roçada manual e mecanizada em áreas públicas, inclusive com coleta e transporte de resíduos até a destinação final;
- e) Poda de adequação de árvores localizadas em logradouros públicos, inclusive com coleta e transporte de resíduos até a destinação final, sendo até 20% dos serviços podendo estar localizados na zona rural em um raio máximo de 30 km da área urbana.
- f) Poda drástica de árvores localizadas em logradouros públicos, inclusive com coleta e transporte de resíduos até a destinação final, sendo até 20% dos serviços podendo estar localizados na zona rural em um raio máximo de 30 km da área urbana.
- g) Varrição Manual;
- h) Varrição Mecanizada (Quando em locais que não é possível fazer manualmente).

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

a) Capina manual em vias e/ou logradouros com pavimentação Asfáltica, inclusive remoção dos resíduos para destinação final;

Definição

Definem-se como serviços de capina manual a operação manual do corte e erradicação de vegetação rasteira (mato, ervas, etc.) em vias e logradouros públicos, na varrição dos locais capinados, aglutinação e remoção dos resíduos para o destino final por conta da contratada.



Execução dos serviços

Os serviços de capina manual serão executados nas vias de pavimentação Asfáltica e através de ordens de serviços específicas, emitidas pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito – SP.

Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda feira a sexta feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os resíduos provenientes da capina manual deverão ser removidos por caminhão basculante da CONTRATADA para o local de destinação final definido pela CONTRATANTE.

Todo o ferramental, equipamentos, utensílios e materiais necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu dimensionamento, conforme sua experiência em serviços de igual natureza.

Todo pessoal envolvido deve estar uniformizado e equipado com todos os EPIs necessários à execução dos serviços, estando sujeito à fiscalização do Técnico de Segurança do Trabalho do Município. A CONTRATADA deverá desenvolver campanha educativa no sentido de que os proprietários mantenham a capina em frente às residências ou lotes. Desta forma, a limpeza é mais duradoura, fazendo com que os serviços de varrição sobressaiam, dando um ótimo aspecto de limpeza aos logradouros.

Para as vias com pavimentação Asfáltica, deverá ser capinada toda a extensão dos passeios mais 50 (cinquenta) centímetros ao longo das sarjetas, do lado esquerdo e direito do trecho.

b) Capina manual em vias e/ou logradouros sem pavimentação, inclusive remoção dos resíduos para destinação final;

Definição

Definem se como serviços de capina manual a operação de corte e erradicação de vegetação rasteira (matos, ervas, etc.) em vias e logradouros públicos, na varrição dos locais capinados, aglutinação e remoção dos resíduos para o destino final por conta da CONTRATADA.

Execução dos serviços

Os serviços de capina manual serão executados nas vias sem pavimentação, através de ordens de serviços específicas, emitidas pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito – SP.

Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda feira a sexta feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os resíduos provenientes da capina manual deverão ser removidos por caminhão da CONTRATADA para o local de destinação final definido pela CONTRATANTE. O local deverá ter licença da CETESB e a licitante deverá apresentá-la juntamente de carta de anuência/autorização do responsável do local.

Todo o ferramental, equipamentos, utensílios e materiais necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu dimensionamento, conforme sua experiência em serviços de igual natureza.

Todo pessoal envolvido deve estar uniformizado e equipado com todos os EPIs necessários à execução dos serviços, estando sujeito à fiscalização do Técnico de Segurança do Trabalho do Município. Quaisquer consequências decorrentes do uso inadequado e/ou negligente dos procedimentos de capina mecânica serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Para as vias sem pavimentação deverá ser capinada as vias que possuam passeios de terra, deverá ser considerada a largura linear de, no máximo 2,00 metros mais 1,50 metros de largura ao longo das sarjetas do lado esquerdo e direito, e a pista deverá ser considerada a largura média de 7,00 metros.

c) Pintura de meios fios das vias públicas

Definição

Definem se como serviços de pintura de meios fios das vias públicas, a limpeza e pintura dos meios fios com utilização de solução de cal hidratada e fixador.

Execução dos serviços

Os serviços serão executados utilizando emulsão de cal hidratada na proporção de 1:5 e demais componentes. Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda feira a sexta feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os serviços de pintura serão realizados após a execução dos serviços de capina, raspagem e varrição dos locais. A execução será periódica, assim como sua manutenção, obedecendo a um roteiro pré- estabelecido pela CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá fornecer toda e qualquer ferramenta e materiais necessários ao perfeito desempenho dos trabalhos. Os serviços serão executados de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela fiscalização. Todo o pessoal envolvido deve estar uniformizado e equipado com todos os EPIs necessários a execução dos serviços, estando sujeito à fiscalização do Técnico de Segurança do Trabalho do Município.

d) Roçada manual e roçada mecanizada

Definição

Definem-se como serviços de roçada a operação mecânica e/ou manual de corte de vegetação, visando deixar área com um mínimo de vegetação cobrindo o solo.

Execução dos serviços

Os serviços de roçada serão executados através de ordens de serviços específicas, emitidas pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda feira a sexta feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os resíduos provenientes da roçada deverão ser removidos por caminhão basculante da CONTRATADA para o local de destinação final definido pela CONTRATANTE. Todo o ferramental, equipamentos, utensílios e materiais necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu dimensionamento conforme sua experiência em serviços de igual natureza. Todo o pessoal envolvido deve estar uniformizado e equipado com todos os EPIs necessários a execução dos serviços, estando sujeito à fiscalização do Técnico de Segurança do Trabalho do Município. Empregam-se, onde forem tecnicamente viáveis, roçadora costal portátil, e/ou foice, conforme a localização da área a ser beneficiada e a experiência da CONTRATADA.

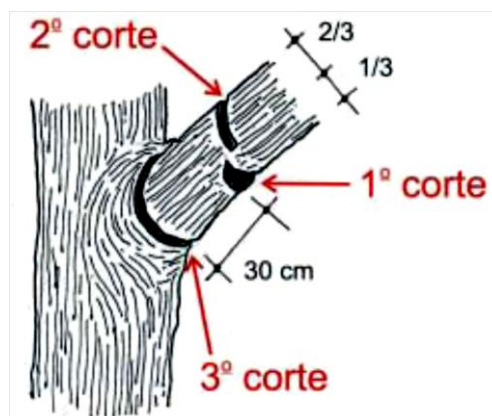
e) Poda de adequação de árvores localizadas em logradouros públicos.

Definição

Definem-se como poda de adequação a retirada de galhos secos, doentes ou ladrões ou aqueles que coloquem em risco a segurança de pessoas, edificações e fiação elétrica.

Técnica

Nos ramos com dimensões acima de 5 cm, a poda deverá ser executada em 3 cortes.

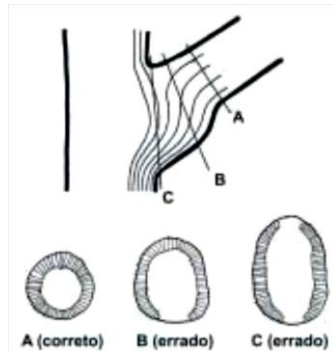




Poda em 3 cortes

Através do posicionamento do primeiro e segundo corte e do auxílio de cordas, é possível direcionar a queda do ramo, desviando de obstáculos como fios e edificações.

O terceiro corte deve preservar o colar e a crista da casca intactos.



Diferentes posições de corte e seus efeitos na cicatrização da casca

O corte de ramos de grandes dimensões sem a utilização dos três cortes danifica o tronco, pois provoca o descascamento ou remoção de lascas do lenho logo abaixo do ramo. Esses ferimentos são portas de entrada para patógenos.



Descascamento do lenho

Quando não há necessidade de remoção total do galho, o corte pode ser realizado logo acima de uma gema, ou no seu ponto de inserção sobre o ramo principal, ou ainda na axila de uma de suas ramificações.

Execução dos serviços

Os serviços de poda de adequação serão executados através de ordens de serviços específicas, emitidas pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda feira a sexta feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os resíduos provenientes da poda deverão ser removidos por carroceria ou caminhão basculante da CONTRATADA para o local de destinação final definido pela CONTRATANTE. Todo o ferramental, equipamentos, utensílios e materiais necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu dimensionamento conforme sua experiência em serviços de igual natureza. Todo o pessoal



envolvido deve estar uniformizado e equipado com todos os EPIs necessários a execução dos serviços, estando sujeito à fiscalização do Técnico de Segurança do Trabalho do Município. Os serviços de poda deverão ser executados por equipe previamente treinada, dotada de certificado e licença de uso de motosserra. Empregam-se, onde forem tecnicamente viáveis, caminhão com cesto aéreo ou andaime, conforme a localização da área a ser beneficiada e a experiência da CONTRATADA.

f) Poda drástica de árvores localizadas em logradouros públicos.

Definição

Definem-se como poda drástica aquela que apresenta uma ou mais das seguintes características:

- Supressão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do volume da copa das árvores;
- Remoção total da copa, permanecendo acima do tronco ramo principais com menor de 1,0 m de comprimento nas árvores adultas;
- Remoção total da copa de árvore jovem e adulto, resultando apenas o tronco.

Técnica

A mesma descrita na poda de adequação.

Execução dos serviços

Os serviços de poda drástica serão executados através de ordens de serviços específicas, emitidas pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda feira a sexta feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os resíduos provenientes da poda deverão ser removidos por carroceria ou caminhão basculante da CONTRATADA para o local de destinação final definido pela CONTRATANTE. Todo o ferramental, equipamentos, utensílios e materiais necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu dimensionamento conforme sua experiência em serviços de igual natureza. Todo o pessoal envolvido deve estar uniformizado e equipado com todos os EPIs necessários a execução dos serviços, estando sujeito à fiscalização do Técnico de Segurança do Trabalho do Município. Os serviços de poda deverão ser executados por equipe previamente treinada, dotada de certificado e licença de uso de motosserra. Empregam-se, onde forem tecnicamente viáveis, caminhão com cesto aéreo ou andaime, conforme a localização da área a ser beneficiada e a experiência da CONTRATADA.

g) Varrição Manual

Definição

Definem-se como varrição manual a atividade de limpeza de vias públicas com o recolhimento de todo e qualquer resíduo sólido urbano dos passeios e pista de tráfego de veículos dos logradouros públicos. Também fazem parte dos serviços em questão, a retirada de resíduos de cestos coletores públicos nos locais onde serão realizadas as limpezas e o recolhimento de terra e demais resíduos das aberturas de captação das águas pluviais (bocas de lobo). A varrição deve priorizar a triagem dos resíduos em orgânicos, recicláveis e outros, para que a destinação dos resíduos seja realizada corretamente.

Execução dos serviços

Os serviços de varrição manual serão executados através de ordens de serviços específicas, emitidas pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda feira a sexta feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os resíduos provenientes da varrição deverão ser removidos por carroceria ou caminhão basculante da CONTRATADA para o local de destinação final definido pela CONTRATANTE. Todo o ferramental, equipamentos, utensílios e materiais necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu dimensionamento conforme sua experiência em serviços de igual natureza. Todo o pessoal



envolvido deve estar uniformizado e equipado com todos os EPIs necessários a execução dos serviços, estando sujeito à fiscalização do Técnico de Segurança do Trabalho do Município. Haverá trechos diários e alternados, como também será disponibilizada uma equipe itinerária para os serviços eventuais solicitados pela prefeitura (eventos, acompanhamento de mutirões de limpeza, outros). Sempre deverão trabalhar em duplas dotados de dois varredores, um carrinho tipo lutocar e fornecimento de sacos de lixo. A empresa deverá fornecer em quantidades suficientes para recolha dos resíduos sacos de lixo de 100 litros, confeccionados com resinas termoplásticas virgens ou recicladas com solda contínua, uniforme e homogênea, na cor preta, medindo 75x105cm para acondicionamento de lixo classe I, tipo E, com capacidade para até 20Kg. Os sacos deverão seguir criteriosamente essa especificação a fins de evitar rasgos fáceis e estar em conformidade com a ABNT NBR 9191/2008 e portaria do INMETRO, bem como a cópia do certificado de atividade potencialmente poluidoras do IBAMA do fabricante. O município poderá exigir a qualquer momento a cópia dos ensaios de laboratórios realizados pelo INMETRO, para comprovar a eficácia dos sacos. O fornecimento de material de qualidade é imprescindível para evitar rasgos e proliferação dos resíduos, podendo esparramar materiais infectantes biologicamente, ou locais onde venham a vicejar animais peçonhentos.

h) Varrição Mecanizada (Quando em locais que não é possível fazer manualmente)

Definição

Definem-se como varrição mecanizada a limpeza de vias públicas, praças e avenidas por veículo mecanizado que execute este serviço com o recolhimento de todo resíduo sólido urbano das praças, avenidas, vias de passeios e pista de tráfego de veículos dos logradouros públicos.

Execução dos serviços

Os serviços de varrição mecanizada serão executados através de ordens de serviços específicas, emitidas pela Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Os serviços serão executados no município de Capão Bonito, devendo ser realizada de segunda-feira a sexta-feira, de acordo com ordens de serviços específicas emitidas pela CONTRATANTE. Os resíduos provenientes da varrição deverão ser removidos pelo próprio equipamento de varrição ou por caminhão basculante ou carroceria da CONTRATADA para o local de destinação final definido pela CONTRATANTE. Todos os equipamentos, utensílios e materiais necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu dimensionamento conforme sua experiência em serviços de igual natureza.

3. VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

- 3.1 A licitante vencedora deverá redigir declaração formal de disponibilidade contendo relação dos veículos, máquinas e equipamentos, adequados e disponíveis, necessários à execução do objeto da presente licitação, individualizando, marca, modelo, capacidade, ano de fabricação;
- 3.2 A empresa deverá designar motoristas devidamente habilitados para condução dos veículos;
- 3.3 A CONTRATADA cumprirá, rigorosamente, as normas de conduta estipulada no Regulamento do Código Nacional de Trânsito e na Legislação complementar, inclusive as portarias da Prefeitura Municipal de Capão Bonito.
- 3.4 As despesas com combustível, manutenção e assistência técnica, seguros e demais despesas que venham a decorrer dos serviços ora avençados, correrão por conta da CONTRATADA.
- 3.5 Substituir os veículos que estão prestando serviço no prazo de 24 (vinte e quatro) horas em caso de acidente, ou defeitos mecânicos, com as mesmas características e condições previstas.
- 3.6 As manutenções corretivas e preventivas dos veículos serão providenciadas pela CONTRATADA, sem ônus para CONTRATANTE.
- 3.7 Os veículos a serem utilizados pela Contratada poderão ser substituídos, desde que devidamente demonstrado que sua capacidade e demais especificações exigidas cumprem os requisitos, e, após a devida aprovação da Fiscalização da Secretaria Municipal de Agropecuária, Obras e Meio Ambiente.
- 3.8 Os veículos destinados a execução dos serviços objeto desta licitação, deverão possuir adesivos informando estarem a serviço da Prefeitura Municipal de Capão Bonito.
- 3.9 Os veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços deverão ser



adequados e suficientes à boa qualidade dos serviços.

3.10 A quantidade, as marcas, os modelos, a capacidade e outras características dos veículos, máquinas e equipamentos ficam a critério da licitante, desde que atenda ao mínimo exigido.

3.11 Os veículos, máquinas e equipamentos deverão ter no máximo 10 (dez) anos de uso.

3.12 Os veículos, máquinas e equipamentos poderão ser vistoriados a qualquer momento pelo gestor do contrato e deverão ser mantidos em perfeitas condições de operação, incluindo:

3.13 Perfeito funcionamento do velocímetro, odômetro;

3.14 Tacógrafo e equipamento de sinalização;

3.15 Perfeito estado de conservação da pintura;

3.16 Limpeza geral;

3.17 Cumprir a NR 17 – LIMPEZA URBANA no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRa e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO devem estar articulados entre si e com as demais normas, em particular com a Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17).

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS - MÍNIMOS:

- 01 (um) caminhão, para ser utilizada na retirada dos materiais a disposição em todos os dias úteis.
- 01 Van ou Micro ônibus para transporte dos Funcionários a disposição em todos os dias úteis.
- 01 caminhão com implemento operacional de braço articulado (cesto aéreo) para realização de podas em altura, podendo ser locado quando houver demanda para tal, não necessitando estar todos os dias úteis a disposição.
- 01 Varredeira Mecanizada para varrição de praças e avenidas.

3.18 RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS-MÍNIMOS

- Máquina de cortar grama, motosserra, podador aéreo, picador triturador de resíduos diversos (com destinação dos resíduos no local indicado pela CONTRATANTE), sopradores, facão, machados, enxadas, rastelos, carrinhos de mão, pás, vassouras e outros materiais que se fizerem necessário para o bom andamento dos trabalhos, sendo que todos os equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso e estado de conservação.

3.19 MÃO DE OBRA – MÍNIMA

02 (dois) Motoristas

01 (um) Encarregado

01 (um) Administrativo

01 (um) Operador de motosserra

15 (quinze) Auxiliar de Serviços Gerais (Roçada, varrição, pintura, poda e outros)

OBS: Em caso de afastamento de funcionários por qualquer natureza, deverá ocorrer a substituição dos mesmos a fim de não comprometer a prestação dos serviços. A relação de funcionários será solicitada trimestralmente pelo gestor do contrato.

4. INSTALAÇÕES

5.1 A CONTRATADA deverá dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades e instalações para atendimento de seu pessoal operacional compatíveis com o número de empregados. A CONTRATADA deverá dispor de um sistema de manutenção e conservação, para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos e equipamentos, bem como adequação dos serviços de pintura, visando manter os padrões exigidos pela Administração Municipal.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo estimado é de 12 (doze) meses, contados do dia seguinte ao recebimento da ordem de



serviço que autoriza o início dos trabalhos.

5.2 Os serviços deverão ser realizados de acordo com as solicitações da Prefeitura Municipal de Capão Bonito, conforme descrito nas planilhas e projetos.



RELAÇÃO DE LOCAIS E SERVIÇOS DE ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA E PINTURA DE GUIAS

| LOCAL | BAIRRO | ÁREA m² |
|--|-----------------|---------------------------|
| SEC. OBRAS | BELA VISTA | 3009,00 |
| PAÇO MUNICIPAL | CENTRO | 812,00 |
| PRAÇA CUNHA BUENO | CENTRO | 3933,00 |
| PRAÇA ANTONIO B. DE QUEIROS | VILA APARECIDA | 8290,00 |
| CREAS | VILA SÃO PAULO | 1283,00 |
| CASA DO ADOLESCENTE | VILA SÃO PAULO | 813,00 |
| UBS VILA SÃO PAULO | VILA SÃO PAULO | 1310,00 |
| ENTORNO DA QUADRA SOCIETY (AV. ITAPEVA - AV. M. KAKIHARA) | VILA SÃO PAULO | 813,00 |
| AV. FRANCISCO ASSIS BRISOLA | VALE VERDE | 1678,50 |
| FONTE LÍRIO DOS VALES (CHAFARIZ) | VALE VERDE | 1977,00 |
| RUA CAPITÃO BRASÍLIO NUNES | CENTRO | 1320,00 |
| RUA SIMEÃO ZACARIAS BERNARDO | BOA ESPERANÇA | 1851,00 |
| ESTRADA WILLIAM MUSSI (ATÉ A ENTRADA DO Bº BOA ESPERANÇA) | CENTRO | 2421,00 |
| 3 PRAÇAS DO CONJUNTO HABITACIONAL GOV. ORESTES QUÉRCIA | VILA MARIA | 2878,00 |
| QUADRA DE ESPORTES BENEDITO LUIZ | JD. EUROPA | 1358,00 |
| AV. ANTONIO FRANCISCO CONSOLMAGNO (3 CANTEIROS INICIAIS) | JD. EUROPA | 570,00 |
| RUA EUGÊNIO DE MEDEIROS | VILA SANTA ROSA | 410,00 |
| ROTATÓRIA DA ENTRADA (RIBEIRÃO GRANDE - GUAPIARA - CAPÃO BONITO) | VILA SANTA ROSA | 1362,00 |



| | | |
|---|-------------------------------|-----------------|
| CANTEIRO ENTRE A RUA VEREADOR FAUZE ABOARRAGE E RUA DO OURO | JD. COLONIAL | 374,00 |
| ROTATÓRIA ENTRE A AV. JOÃO ANTUNES RODRIGUES E ESTRADA PARA SÃO MIGUEL ARCANJO | JD. CRUZEIRO | 669,00 |
| PRAÇA HERCULANO DE BARROS GALVÃO | VILA NOVA CAPÃO BONITO | 179,00 |
| PRAÇA EDSON KAZUHIRO UEDA | VILA NOVA CAPÃO BONITO | 459,00 |
| CONSTRUÇÃO AO LADO DO INSS (PQ. DAS ÁGUAS) | VILA SANTA ROSA | 2197,00 |
| RUA MINAS GERAIS | VILA BELA VISTA | 1549,50 |
| RUA ITARARÉ | VILA SÃO PAULO | 3160,00 |
| CREAR | VILA APARECIDINHA | 1300,00 |
| C.A.S. "PADRE HENRIQUE" | VILA BELA VISTA | 20000,00 |
| ESC. JACYRA | CENTRO | 191,00 |
| PRAÇA RUI BARBOSA | CENTRO | 3689,00 |
| PRAÇA THOMAZ EURICO GOMES | CENTRO | 3363,00 |
| RODOVIÁRIA | CENTRO | 1817,00 |
| AVENIDA LUCAS NOGUEIRA GARCEZ | CENTRO | 386,00 |
| PRAÇA DO GRANITO | GUANABARA | 467,00 |
| PRAÇA JOÃO XXIII | CENTRO | 489,00 |
| AVENIDA DONA NENE | IMBIRUÇU | 4130,00 |
| AV JOÃO ANTUNES RODRIGUES | CRUZEIRO | 3031,00 |
| AV JOSÉ BLOES MOTA | NOVA CAPÃO | 1722,00 |
| PRAÇA DO CRUZEIRO | CRUZEIRO | 1472,00 |
| AV ADEMAR DE BARROS | NOVA CAPÃO | 6757,00 |
| AVENIDA PATRIARCA | ALVORADA | 1372,50 |
| PRAÇA SERESTA | ALVORADA | 893,00 |
| PRAÇA PLACEDINO BATISTA DA SILVEIRA | SANTA ROSA | 394,00 |



| | | |
|--------------------------------------|-----------------------|-------------------|
| PRAÇA MARIA BATISTA DA SILVEIRA | ALVORADA | 398,00 |
| ROTATORIA VILA APARECIDA | VILA APARECIDA | 1683,00 |
| AVENIDA DAS CEREJEIRAS | JARDIM EUROPA | 1548,00 |
| PRAÇA DA PAZ | VILA APARECIDA | 2841,00 |
| PRAÇA VALE VERDE | VALE VERDE | 1634,00 |
| CENTRO DE ATENÇÃO A MULHER | VALE VERDE | 443,00 |
| PRAÇA EDMUNDO CACCIACARRO | SÃO JUDAS | 1408,00 |
| PRAÇA ORIENTAL | CENTRO | 2564,00 |
| AV JOSÉ INÁCIO | CENTRO | 1678,00 |
| ESCOLA OSCAR KURTZ | CENTRO | 1874,00 |
| AV SANTOS DUMONT | BELA VISTA-CENTRO | 4299,00 |
| CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA | BELA VISTA | 893,00 |
| PRAÇA RIO DE JANEIRO | BELA VISTA | 1314,00 |
| AV AMAZONAS | BELA VISTA | 2167,00 |
| AV ITAPEVA | BELA VISTA | 1785,00 |
| CRAS | VILA SÃO PAULO | 323,00 |
| APAE | VILA SÃO PAULO | 6367,00 |
| CENTRO FISIOTERAPIA | VILA SÃO PAULO | 796,00 |
| RUA ALTINO ARANTES | SANTA ROSA | 3615,00 |
| AV CAPITÃO CALIXTO | CENTRO | 8085,00 |
| AV MASSAICHI KAKIHARA | CENTRO-VILA SÃO PAULO | 4360,00 |
| PRAÇA DO JARDIM SÃO FRANCISCO | SÃO FRANCISCO | 3535,00 |
| PRAÇA DO JARDIM HELENA | JARDIM HELENA | 964,00 |
| PARQUE DAS AGUAS | SANTA ROSA | 20772,00 |
| PISTA DE CAMINHADA DA VILA APARECIDA | VILA APARECIDA | 5019,00 |
| PRAÇA DO TROPEIRO | RODOVIA | 3113,00 |
| AVN LAUDELINO DE LIMA ROLIM | NOVA CAPÃO | 2642,00 |
| AVN JOSÉ MIGUEL FERREIRA | BOA ESPERANÇA | 3305,00 |
| TOTAL | | 185.574,50 |



QUANTIDADES ESTIMADAS DE SERVIÇOS DE PODA DE ADEQUAÇÃO E PODA DRÁSTICA

| Descritivo | Medida | Quantidade anual |
|--|---------------|-------------------------|
| Poda de adequação de árvores localizadas em logradouros públicos sem utilização de caminhão com cesto aéreo. | Unidade | 30 |
| Poda de adequação de árvores localizadas em logradouros públicos com utilização de caminhão com cesto aéreo. | Unidade | 100 |
| Poda drástica de árvores localizadas em logradouros públicos sem utilização de caminhão com cesto aéreo. | Unidade | 10 |
| Poda drástica de árvores localizadas em logradouros públicos com utilização de caminhão com cesto aéreo. | Unidade | 20 |



PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

ANEXO II – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana e podas de árvores em vias públicas, para a Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras, deste Município**, de acordo com o Anexo I do Edital do **Pregão Presencial nº 017/2021**, conforme especificações abaixo:

| | | |
|----------------------|----------------|------------------|
| Razão Social: | | |
| Endereço: | | |
| Cidade: | CEP: | Fone/Fax: |
| e-mail: | CNPJ nº | |

| Item | Quantidade | Unidade | Descrição | Vi. Unitário |
|------|------------|---------|--|--------------|
| 1 | 12 | Meses | Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana e podas de árvores em vias públicas. | R\$ |

DECLARAÇÃO

1.1 Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).

1.2 Declaro, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital.

1.3 Declaro que o preço acima indicado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, frete e lucro.

| | |
|-------------------------------|----------------|
| Nome do Representante: | |
| Identidade nº: | CPF nº: |
| Local e Data: | |
| Assinatura: | |

(Carimbo do CNPJ) ou no verso



PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

ANEXO III – DECLARAÇÃO – CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA ainda que até a presente data, esta empresa não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório.

_____, ____ de _____ de 2021

(representante legal)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0XX/2021

PROCESSO Nº 3004/2021

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE
Contratação de empresa para prestação de
serviços de manutenção, conservação e
limpeza urbana e podas de árvores em vias
públicas, para a Secretaria Municipal de
Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente
e Obras, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO
DE CAPÃO BONITO/SP E A EMPRESA -**
_____.

**TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAPÃO BONITO E _____**

O Município de Capão Bonito, sediada à Rua Nove de Julho, nº 690, Centro, Capão Bonito/SP, CEP: 18.300-380, doravante denominada simplesmente Contratante, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Dr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, com endereço _____, doravante denominada simplesmente Contratada, representada neste ato por _____, portador da carteira de identidade nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, conforme consta no _____ (indicar o ato que qualifica como representante legal), firmam o presente termo de contrato, concernente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 039, de 12 de julho de 2005, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

PRIMEIRA (DO OBJETO) – Constitui objeto deste instrumento a **Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza urbana e podas de árvores em vias públicas, para a Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras**, deste Município, conforme especificações abaixo:

| Item | Quantidade | Descrição e especificações | Valor |
|------|------------|----------------------------|---------|
| 1 | XXX | XXX | R\$ XXX |

PARAGRAFO PRIMEIRO – A entrega do objeto deverá ser efetuada de acordo com todas as exigências do Edital do **Pregão Presencial nº 017/2021**, da ordem de fornecimento e das demais cláusulas deste termo de contrato.

SEGUNDA (DO VALOR) – O valor global estimado deste contrato é de R\$ _____ (_____), conforme proposta e lance da presente empresa, constantes da Ata da Sessão do **Pregão Presencial nº 017/2021**, constante do Processo, correspondente ao objeto definido na cláusula primeira.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço praticado poderá ser realinhado visando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição da Contratante para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O realinhamento de que trata o parágrafo anterior será deliberado pela Administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos custos, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento.

TERCEIRA (DA DESPESA) – A despesa do contrato neste exercício correrá à conta das seguintes dotações do orçamento da Prefeitura Municipal de Capão Bonito-SP:

Funcional Programática: 15.452.0017.2033
Categoria Econômica: 3.3.90.39
Ficha: 513

QUARTA (DA EXECUÇÃO) - A contratada se compromete a efetuar a executar o contrato dentro dos padrões e especificações indicados no ANEXO I, do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2021**, pelo prazo de 06 (seis) meses, após a devida solicitação a ser realizada pela Secretária Municipal de Agropecuária, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras ou por servidor designado.

QUINTA (DO PAGAMENTO) – O pagamento devido à Contratada será efetuado **dentro do prazo de até 30 (trinta) dias**, após a aceitação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade correspondente ao seguro de todos os veículos elencados no Anexo I – Termo de Referência do presente edital, de acordo com as especificações do objeto desta licitação pelo sistema de pagamento através de boleto bancário, o qual deverá ser fornecido pela licitante vencedora, descontados os encargos sociais, conforme Legislação vigente.

SEXTA (DA VIGÊNCIA) – O prazo de vigência do presente contrato **será de 12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogável nos termos da legislação vigente.

SÉTIMA (DAS PENALIDADES) – À Contratada, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a Contratante;
- b) multa que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para a Contratante;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com órgão público, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para a Contratante e,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de multa, estabelecida na alínea “b” desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha, em face da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ocorrendo ineficiência na realização dos serviços por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora, independentemente de notificação ou interpelação.



PARÁGRAFO TERCEIRO – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.

OITAVA (DA RESCISÃO) – O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

NONA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA) – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

DÉCIMA (DAS RESPONSABILIDADES) – A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciárias ou securitárias, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

PARÁGRAFO QUARTO – A Contratada não poderá conceder a terceiros a responsabilidade pela realização dos serviços, objeto do presente contrato, sob pena de notificação em primeira instância, e multa com quebra de contrato da rota em questão em caso de reincidência.

PARÁGRAFO QUINTO – As mesmas condições do PARÁGRAFO ANTERIOR se aplicam caso a Contratada venha a utilizar motoristas, veículos e ou funcionários para realização dos serviços os quais não estejam relacionados na documentação apresentada para assinatura do contrato. Caso haja necessidade de a empresa substituir o motorista, veículo ou funcionário a mesma deverá apresentar a Secretaria Municipal de Planejamento e Serviços Urbanos, toda a documentação da alteração em questão exigida no quando da assinatura do contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA (DA PUBLICIDADE DO CONTRATO) – Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, a Contratante providenciará sua publicação resumida na Imprensa Oficial, para ocorrer no prazo de vinte dias, daquela data, como condição indispensável para sua eficácia.

DÉCIMA SEGUNDA (DO FORO) – O Foro eleito para dirimir controvérsias, quanto às cláusulas do contrato, será o da Comarca de Capão Bonito, excluído qualquer outro.

16.10 **DÉCIMA TERCEIRA (DO GESTOR)** – A Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras será o gestor do contrato durante toda sua execução.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



**PREFEITURA DE
CAPÃO BONITO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO - SP.
Rua Nove de Julho, 690 - CEP 18300 - 900 – Fone: (015) 3543.9900 – Ramal 9936
SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
SETOR DE LICITAÇÃO

Capão Bonito, ____ de ____ de 2021.

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO
Gilberto Tobias Domingues
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Obras.

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. _____ RG: _____

2. _____ RG: _____



PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

ANEXO V - MODELO DE PROCURAÇÃO / CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO "EXTRA JUDICIAL"

OUTORGANTE: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo(a) _____ (sócio/diretor), Sr. (a) _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____,

OUTORGADO: Sr. (a) _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____; -----

PODERES: ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representar a empresa no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2021**, da Prefeitura Municipal de Capão Bonito, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, vistar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

_____, _____ de _____ de 2021.

Outorgante



PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021
PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

ANEXO VI

DECLARAÇÃO – CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARAÇÃO

_____, _____ inscrito no CNPJ nº _____, _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

_____, _____ de _____ de 2021.

(representante legal)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS HABILITATÓRIOS

DECLARAÇÃO (MODELO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação conforme os documentos integrantes do envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, de acordo com as exigências constantes do Edital de **Pregão Presencial nº 017/2021**.

_____, _____ de _____ de 2021.

Nome:

Cargo/função:



ANEXO VIII – FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS (CREDENCIAMENTO)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 - PROCESSO Nº 3004/2021 - RERRATIFICADO II

| | | | | | |
|-----------------------------|--|-----------------|--------------|---------|---------|
| I) Dados da Empresa: | | | | | |
| Razão Social: | | | | | |
| CNPJ/MF: | | Insc. Estadual: | | | |
| Endereço: | | | | | Número: |
| Bairro | | | Complemento: | | |
| Cidade | | | Estado: | | CEP: |
| Telefone 1: | | Telefone 2: | | e-mail: | |

| | | | | | |
|--|--|-------------|-------------|---------------|---------|
| II) Dados do representante legal participante da sessão de licitação: | | | | | |
| Nome: | | | | | |
| RG: | | CPF: | | Data de Nasc: | |
| Endereço: | | | | | Número: |
| Bairro: | | | Complemento | | |
| Cidade: | | | Estado | | CEP: |
| Telefone 1: | | Telefone 2: | | e-mail: | |

| | | | | | |
|--|--|-------------|-------------|---------------|---------|
| III) Dados do representante legal que assinará o contrato ou a Ata de Registro de Preços: | | | | | |
| Nome: | | | | | |
| RG | | CPF: | | Data de Nasc: | |
| Endereço: | | | | | Número: |
| Bairro: | | | Complemento | | |
| Cidade: | | | Estado | | CEP: |
| Telefone 1: | | Telefone 2: | | e-mail: | |

| | | | | | |
|---|--|-------------|-------------|---------|---------|
| IV) Endereço e contato para envio do contrato para assinatura: | | | | | |
| Nome/Setor responsável | | | | | |
| Endereço: | | | | | Número: |
| Bairro: | | | Complemento | | |
| Cidade: | | | Estado | | CEP: |
| Telefone 1: | | Telefone 2: | | e-mail: | |

| | | | | | |
|--|--|----------|--|----------------|--|
| V) Dados bancário para pagamento: | | | | | |
| Banco: | | Agência: | | Tipo de Conta: | |
| | | | | nº conta: | |

| | | | | | |
|-------------------------------|--|--|--|--|------|
| VI) Quadro Societário: | | | | | |
| Nome | | | | | CPF: |
| Nome | | | | | CPF: |
| Nome | | | | | CPF: |
| Nome | | | | | CPF: |

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome: Cargo/função: